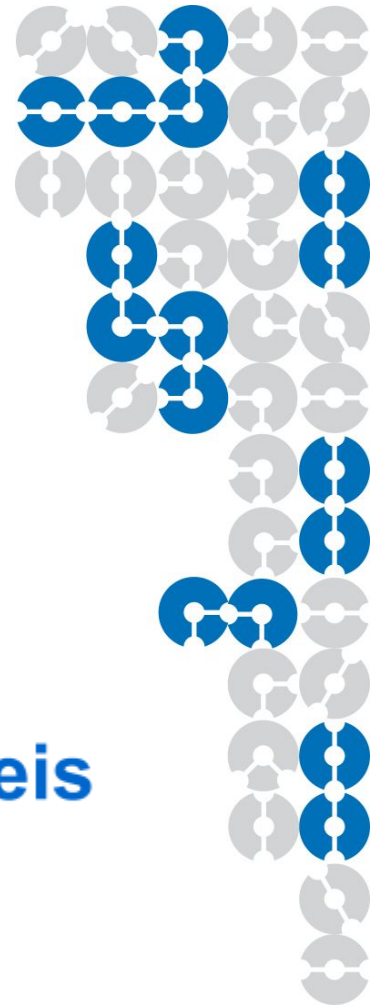


**Demonstrações Contábeis
e Notas Explicativas
3º Trimestre de 2019**



Sumário

Balço Patrimonial	4
Demonstração do Resultado do Exercício	6
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9
Nota 1 - Contexto operacional	9
Nota 2 - Preparação e apresentação das demonstrações contábeis trimestrais	9
2.1 - Declaração de conformidade	9
2.2 - Base de mensuração	10
2.3 - Moeda funcional e de apresentação	10
2.4 - Mensuração do valor justo	10
Nota 3 - Políticas contábeis	10
Ativo	11
Ativo circulante	11
Nota 4 - Disponibilidades	11
Nota 5 - Clientes	11
Nota 6 - Ressarcimento de pessoal	12
Nota 7 - Créditos tributários	13
Ativo não circulante	13
Nota 8 - Depósitos judiciais e recursais	13
Nota 9 - Ressarcimento de pessoal	14
Nota 10 - Créditos tributários diferidos	14
Nota 11 - Ativo imobilizado	14
11.1 - Movimentação do imobilizado	15
11.2 - Movimentação da depreciação / amortização	15
Nota 12 - Intangível	16
Passivo	16

Passivo circulante	16
Nota 13 - Consignações	16
Nota 14 - Tributos e encargos sociais	17
14.1 - Passivo fiscal diferido	17
14.2 - PIS/ COFINS	17
14.3 - ISS Renegociado	17
Nota 15 - IRPJ e CSLL	18
15.1 - Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL	18
15.2 - Tributos correntes e diferidos	18
15.3 - Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos	19
Nota 16 - Pessoal a pagar e encargos trabalhistas	19
Nota 17 - Obrigações com pessoal - 13º, férias e licença-prêmio	20
Nota 18 - Processo trabalhista a pagar	20
Nota 19 - Dividendos e juros sobre o capital próprio	20
Passivo não circulante	21
Nota 20 - Obrigações tributárias	21
20.1 - Imunidade Tributária	21
Nota 21 - Processo trabalhista a pagar	22
Nota 22 - Provisões trabalhistas	22
Nota 23 - Benefícios pós-emprego	22
Nota 24 - Resultado do exercício	22
24.1 - Receita bruta	22
24.1.1 - Faturamento bruto	23
24.2 - Receita Líquida	24
24.3 - Composição dos gastos na DRE	24
24.4 - Resultado financeiro	25
24.4.1 - Receita financeira	25
24.4.2 - Despesa financeira	25
Nota 25 - Benefícios a empregados	25
25.1 - Plano de previdência complementar	25
25.2 - Programa de assistência à saúde	26
25.3 - Demais benefícios	26
Nota 26 - Partes relacionadas	26

26.1 - Remuneração de empregados e dirigentes	26
Anexo I - Normas brasileiras de contabilidade aplicáveis	27
Anexo II – Legislação aplicável	28
Anexo III - Sumário de siglas e abreviaturas	30

Balanco Patrimonial

Em milhares R\$			
Ativo	NE	Setembro 2019	Dezembro 2018
Circulante		1.625.617,3	1.227.062,2
. Caixa e equivalentes de caixa	4	342.788,9	487.881,3
. Ativos financeiros		380,5	462,3
. Créditos a receber		1.278.425,4	735.119,4
Clientes	5	1.141.593,6	565.247,6
Ressarcimento de pessoal	6	110.246,4	88.349,4
Créditos diversos a receber		12.758,0	2.382,4
Créditos tributários	7	13.827,3	79.140,0
. Bens e valores em circulação		397,6	375,5
. Demais valores a curto prazo		916,4	515,1
. Ativo não circulante mantido para venda		2.708,5	2.708,5
Não circulante		1.647.646,9	1.743.925,4
. Realizável a longo prazo		1.159.702,2	1.189.787,2
Depósitos judiciais e recursais	8	282.538,3	289.826,7
Ressarcimento de pessoal	9	364.649,4	408.412,9
Créditos tributários diferidos	10	452.167,0	431.188,9
Créditos realizáveis a longo prazo		60.347,5	60.358,8
. Imobilizado	11	430.063,5	475.359,9
. Intangível	12	57.881,2	78.778,3
Total do ativo		3.273.264,2	2.970.987,6
Em milhares R\$			
Passivo	NE	Setembro 2019	Dezembro 2018
Circulante		801.010,3	814.468,5
. Consignações	13	66.644,5	56.444,7
. Tributos e encargos sociais	14	205.626,2	174.725,0
. Depósitos diversas origens		4.725,1	3.771,7
. Obrigações a pagar		524.014,5	579.527,1
Fornecedores		44.802,9	126.541,6
Pessoal a pagar e encargos trabalhistas	16	332.337,5	289.270,7
Processo trabalhista a pagar	18	67.629,1	74.483,5
Plano de previdência complementar		20.125,9	37.178,3

Dividendos e juros sobre o capital próprio	19	59.066,2	52.018,7
Outras obrigações		53,0	34,3
Não circulante		1.153.606,4	1.178.067,5
Obrigações tributárias	20	44.599,7	45.851,4
Processo trabalhista a pagar	21	133.417,1	180.240,2
Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas	22	233.507,8	242.956,2
Benefícios pós-emprego	23	741.361,5	708.270,1
Outras obrigações		720,4	749,5
Patrimônio líquido		1.318.647,5	978.451,6
. Capital		1.061.004,8	1.061.004,8
. Reservas		305.221,6	305.221,6
Reservas de reavaliação		138.214,2	138.214,2
Reservas de lucros		167.007,3	167.007,3
. Outros resultados abrangentes		(387.856,6)	(387.774,8)
. Lucros/Prejuízos acumulados		340.277,7	-
Total do passivo		3.273.264,2	2.970.987,6

Demonstração do Resultado do Exercício

Em milhares R\$			
	NE	Setembro 2019	Setembro 2018
Receita operacional líquida	24.2	2.103.814,0	1.912.171,9
Custo dos serviços prestados	24.3	(979.163,8)	(912.852,4)
Lucro bruto		1.124.650,2	999.319,5
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)		(611.642,0)	(649.396,0)
Despesas com pessoal e benefícios		(454.373,3)	(538.684,1)
Depreciação e amortização		(21.811,0)	(27.128,8)
Locação		(10.639,9)	(13.454,1)
Manutenção		(29.103,8)	(36.343,3)
Serviços de comunicação		-	(2.520,7)
Serviços profissionais e contratados		(28.043,1)	(34.649,4)
Serviços públicos		(11.400,1)	(11.689,3)
Resultado com créditos a receber		(21.991,8)	(6.181,6)
Despesas tributárias diversas		(4.392,4)	(2.991,5)
Materiais		(3.955,3)	(2.729,4)
Outras despesas/receitas		1.481,9	39.599,6
Resultado com ações judiciais		(27.413,2)	(12.623,4)
Resultado financeiro		(17.968,8)	(27.278,5)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		495.039,3	322.645,0
Tributos sobre o lucro		(95.695,4)	(90.448,7)
Tributos correntes		(117.065,4)	(52.149,3)
Tributos diferidos		21.369,9	(38.299,4)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		399.343,9	232.196,3

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares R\$		
	Setembro 2019	Setembro 2018
Resultado líquido do período	399.343,9	232.196,3
(+/-) Outros resultados abrangentes	(81,8)	30,3
Ajustes de instrumentos financeiros	(81,8)	30,3
Resultado abrangente no período	399.262,1	232.226,6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares R\$							
	Capital	Reservas			Lucros ou Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção de lucros			
Saldo em 01 janeiro de 2018	1.061.004,8	138.214,2	-	-	(186.616,4)	(376.030,8)	636.571,9
Reconhecimento de saldos iniciais	-	-	-	-	(54.059,9)	-	(54.059,9)
Lucros/Prejuízos líquidos	-	-	-	-	459.702,3	-	459.702,3
Constituição de reservas	-	-	10.951,3	156.056,0	(167.007,3)	-	-
Constituição dividendos/JCP	-	-	-	-	(52.018,7)	-	161,9
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(11.744,0)	(11.744,0)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.061.004,8	138.214,2	10.951,3	156.056,0	-	(387.774,8)	978.451,6
	Capital	Reservas			Lucros ou Prejuízos acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção de lucros			
Saldo em 01 de janeiro de 2019	1.061.004,8	138.214,2	10.951,3	156.056,0	-	(387.774,8)	978.451,6
Lucros/Prejuízos líquidos	-	-	-	-	399.343,9	-	399.343,9
Juros sobre capital próprio imputados a dividendos	-	-	-	-	(59.066,2)	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(81,8)	(81,8)
Saldo em 30 de setembro de 2019	1.061.004,8	138.214,2	10.951,3	156.056,0	340.277,7	(387.856,6)	1.318.647,6

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em milhares R\$		
	Setembro 2019	Setembro 2018
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1.627.200,9	1.843.827,0
Recebimentos de clientes – exercícios anteriores	317.193,3	331.274,6
Ressarcimento de pessoal requisitado	235.895,9	197.244,7
Outros recebimentos	40.443,5	42.681,9
Receita de compensação tributária	81.555,6	77.619,7
Tributos e encargos – inclusive compensação tributária	(543.406,2)	(458.425,7)
Pessoal e encargos – inclusive compensação tributária	(1.383.646,5)	(1.438.907,6)
Sentenças judiciais	(82.858,0)	(81.425,5)
Pagamentos a fornecedores	(309.412,9)	(378.250,0)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)	(17.034,4)	135.639,1
Atividades de investimentos		
Imobilizado/ intangível	(76.977,8)	(92.974,1)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (b)	(76.977,8)	(92.974,1)
Atividades de financiamento		
Dividendos/Juros s/ capital próprio		
Dividendos pagos	(52.018,7)	-
Aporte de capital	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de Financiamento (c)	(52.018,7)	-
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa (a) + (b) + (c)	(146.030,9)	42.665,0
Saldo inicial – caixa e equivalentes de caixa	488.819,7	233.336,8
Saldo final – caixa e equivalentes de caixa	342.788,9	276.001,8

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Nota 1 - Contexto operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Economia, criada pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, regida pelas Leis nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nº 13.303 de 30 de junho de 2016, e Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por seu Estatuto Social vigente e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis. O Serpro tem sede e foro em Brasília-DF.

A Empresa tem por objeto social desenvolver, prover, integrar, comercializar e licenciar soluções em tecnologia da informação, prestar assessoramento, consultoria e assistência técnica no campo de sua especialidade, bem como executar serviços de tratamento de dados e informações, inclusive mediante a disponibilização de acesso a estes e a terceiros, desde que assim autorizado pelo proprietário.

Com a missão institucional de conectar governo e sociedade por meio de soluções digitais, o Serpro é o principal provedor de soluções tecnológicas para o Estado brasileiro, desenvolvendo sistemas estratégicos que suportam ações estruturantes do governo. Atualmente, possui três linhas de Negócios: Serviços sob medida, Serviços de informação e Serviços em nuvem.

Nota 2 - Preparação e apresentação das demonstrações contábeis trimestrais

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias estão preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e devem ser analisadas em conjunto com as publicadas no último exercício encerrado.

A emissão das demonstrações contábeis do terceiro trimestre, encerrado em 30 de setembro de 2019 **foi autorizada pela Diretoria da Empresa.**

2.2 - Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido, das provisões trabalhistas, cíveis e administrativas, que são mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação e suas variações impactam diretamente o resultado do exercício, e das provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da Empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, que podem impactar tanto o resultado do exercício quanto outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

2.3 - Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real e, para fins de apresentação, as demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares.

2.4 - Mensuração do valor justo

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros é pela abordagem do mercado principal, onde se utiliza os preços que foram observados e outras informações relevantes ao produto, em transações no mercado que envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes. As informações são de nível 1 a 2.

Nota 3 - Políticas contábeis

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos períodos apresentados nessas demonstrações e evidenciam as informações relevantes ocorridas no período, devendo ser analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis anteriores.

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, as informações do exercício anterior foram reclassificadas como detalhado nas notas explicativas 24.2 e 24.4.2.

Ativo

Ativo circulante

Nota 4 - Disponibilidades

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ%
Caixa/ Bancos	24.583,7	487.393,9	(462.810,3)	(95,0)
Aplicação financeira	318.205,2	487,4	317.717,8	65.190,2
Caixa e equivalente de caixa	342.788,9	487.881,3	(145.092,4)	(29,7)

A variação do saldo das aplicações financeiras é consequência da geração de caixa das atividades da empresa e em razão disso, as disponibilidades foram aplicadas em fundos de investimentos extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil .

Os fundos escolhidos pela empresa foram Fundo CAIXA Extramercado Comum IRF - M 1 FI Renda Fixa - Curto Prazo e Fundo BB Extramercado FAE FI Renda Fixa - Curto Prazo, ambos com rentabilidade indexada à taxa SELIC e lastreados em títulos públicos federais na composição de suas carteiras de curto prazo.

Nota 5 - Clientes

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ%
Créditos a receber de clientes a vencer	414.359,8	296.357,9	118.001,9	39,8
Créditos a receber a faturar (NBC TG 47)	130.959,6	132.216,2	(1.256,6)	(1,0)
Créditos vencidos	647.937,1	168.421,6	479.515,5	284,7
Créditos a receber	1.193.256,5	596.995,7	596.260,8	99,9
PECLD	(51.662,9)	(31.748,1)	(19.914,8)	62,7
Total	1.141.593,6	565.247,6	576.346,0	102,0

Observa-se um acréscimo de R\$ 576,3 milhões do saldo líquido de dezembro para setembro, decorrentes tanto do aumento do faturamento do período quanto da inadimplência de clientes.

O valor de créditos a receber de R\$ 1.193 milhões está demonstrado por idade de vencimento no quadro que se segue:

Em milhares de R\$	
Descrição	Set/2019
A vencer	414.359,8
A faturar (NBC TG 47)	130.959,6
Vencidos até 30 dias	217.867,2
Vencidos de 31 a 60 dias	42.770,0
Vencidos de 61 a 90 dias	177.309,2
Vencidos de 91 a 180 dias	58.847,1
Vencidos de 181 a 365 dias	98.697,6
Vencidos acima de 365 dias	52.446,0
Total	1.193.256,5

Os créditos a receber de clientes são apresentados no balanço deduzidos da PECLD estimada em R\$ 51,6 milhões.

Nota 6 - Ressarcimento de pessoal

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ%
Créditos a receber - Fopag	55.724,7	33.740,7	21.984,0	65,2
Sentenças judiciais	54.521,7	54.608,7	(87,0)	(0,2)
Total	110.246,4	88.349,4	21.897,0	24,8

O valor de créditos a receber refere-se a notas de ressarcimento emitidas pelo Serpro a órgãos governamentais. Trata-se do reconhecimento do direito ao reembolso do pagamento da folha de salário dos empregados cedidos a esses órgãos.

Descrição	Set/2019
A vencer	29.992,5
Vencidos até 30 dias	1.281,0
Vencidos de 31 a 60 dias	877,8
Vencidos de 61 a 90 dias	831,3
Vencidos de 91 a 180 dias	3.348,0
Vencidos de 181 a 360 dias	3.301,9
Vencidos acima de 360 dias	16.092,2
Total	55.724,7

No caso de valores de sentenças judiciais, o saldo refere-se a acordos trabalhistas cujas obrigações constam do passivo circulante, vincendas nos próximos doze meses.

Nota 7 - Créditos tributários

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ%
Créditos tributários	13.827,3	79.140,0	(65.312,7)	(82,5)

O valor dos créditos tributários representa a diferença entre as antecipações decorrentes, em sua maioria, de retenção na fonte de IRPJ e CSLL efetuada por clientes (R\$ 130,8 milhões) e os valores desses tributos devidos no final do período de apuração (R\$117 milhões). Os valores a recolher de IRPJ e CSLL apurados no semestre estão detalhados na Nota 15 - IRPJ e CSLL.

Ativo não circulante

Nota 8 - Depósitos judiciais e recursais

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ %
Depósitos judiciais	230.115,5	240.516,8	(10.401,3)	(4,3)
Depósitos recursais	46.072,2	42.959,2	3.113,0	7,2
Ações fiscais	6.350,6	6.350,6	-	-
Total	282.538,3	289.826,6	(7.288,3)	(2,5)

Constitui-se, basicamente, como garantia em juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista.

Nota 9 - Ressarcimento de pessoal

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ %
(a) Apropriação por competência	36.222,3	39.136,5	(2.914,2)	(7,4)
Férias	20.853,9	22.993,6	(2.139,7)	(9,3)
Licença-prêmio	15.368,4	16.142,9	(774,5)	(4,8)
(b) Sentenças judiciais (PSE)	268.836,1	309.685,3	(40.849,2)	(13,2)
(c) Provisões trabalhistas PSE	59.591,0	59.591,0	-	-
Total (a) + (b) + (c)	364.649,4	408.412,8	(43.763,4)	(10,7)

Do quadro acima, destacam-se as sentenças judiciais constantes do item (b), que representam valores de acordos judiciais (R\$ 155,6 milhões) e valores já desembolsados de processos trabalhistas (R\$ 113,3 milhões), mas que aguardam trânsito em julgado para que se configure o direito ao ressarcimento. Sobre o item (c), o montante refere-se aos demais processos trabalhistas de PSE, conforme relatório da SUPJU.

Nota 10 - Créditos tributários diferidos

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ%
Ativo fiscal diferido	498.135,9	477.421,1	20.714,8	4,3
Passivo fiscal diferido	(45.968,9)	(46.232,3)	263,4	(0,6)
Total	452.167,0	431.188,8	20.978,2	4,9

O saldo representa diferenças temporárias relativas a IRPJ e CSLL .

Nota 11 - Ativo imobilizado

Em milhares de R\$				
Descrição	Saldo	Depreciação/ Amortização	Valor líquido	
	Set/2019		Set/2019	Dez/2018
Edifícios	145.173,9	(23.607,1)	121.566,8	117.004,3
Terrenos	65.603,7	-	65.603,7	65.603,7
Estudos e projetos	1.573,9	-	1.573,9	-
Obras em andamento	9.358,9	-	9.358,9	13.035,4

Instalações	137.650,6	(83.795,0)	53.855,7	62.164,6
Benfeitorias propr. de terc.	1.817,2	(1.372,5)	444,7	669,6
IPC/90	19.209,6	(2.531,0)	16.678,6	16.678,6
Bens móveis	877.275,1	(716.537,3)	160.737,8	200.203,7
Total	1.257.663,0	(827.842,8)	429.820,2	475.359,9

Está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil empresarial do bem.

11.1 - Movimentação do imobilizado

Em milhares de R\$					
Descrição	Saldo	Adições	Alienações/ Baixas	Transferências	Saldo
	Dez/2018				Set/2019
Edifícios	140.611,3	-	-	4.562,6	145.173,9
Terrenos	65.603,7	-	-	-	65.603,7
Estudos e projetos	-	1.573,9	-	-	1.573,9
Obras em andamento	13.035,4	2.346,2	(17,0)	(6.005,7)	9.358,9
Instalações	136.016,9	190,7	-	1.443,1	137.650,7
Benfeitorias propr. de terc.	2.019,9	-	(202,7)	-	1.817,2
IPC/90	19.209,6	-	-	-	19.209,6
Bens móveis	871.170,6	9.722,6	(3.618,1)	-	877.275,1
Total	1.247.667,4	13.833,4	(3.837,8)	-	1.257.663,0

11.2 - Movimentação da depreciação / amortização

Em milhares de R\$					
Descrição	Saldo Dez/2018	Depreciação/ Amortização	Alienações/ Baixas	Transferências	Saldo Set/2019
Edifícios	(23.607,1)	-	-	-	(23.607,1)
Terrenos	-	-	-	-	-
Estudos e projetos	-	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Instalações	(73.852,3)	(9.942,7)	-	-	(83.795,0)
Benfeitorias propr. terc.	(1.350,3)	(224,8)	202,7	-	(1.372,4)
IPC/90	(2.531,0)	-	-	-	(2.531,0)
Bens móveis	(670.966,9)	(48.906,4)	3.579,2	-	(716.294,1)
Total	(772.307,6)	(59.073,9)	3.781,9	-	(827.599,5)

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil empresarial do bem.

Nota 12 - Intangível

Em milhares de R\$			
Descrição	Dez/2018	Adições	Set/2019
Software	593.375,6	7.272,4	600.647,9
(Amortização acumulada)	(514.597,3)	(28.169,4)	(542.766,7)
Total	78.778,3	(20.897,1)	57.881,2

O saldo líquido do intangível, no valor de R\$ 78,7 milhões correspondem as licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços. A variação reflete as aquisições de software no valor de 7,2 milhões e 28,2 milhões referente à amortização do período.

Passivo

Passivo circulante

Nota 13 - Consignações

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ%
Previdência social	13.732,6	14.297,6	(565,0)	(4,0)
Pensão alimentícia	17,4	17,4	-	-
IRPF	14.862,7	15.463,3	(600,6)	(3,9)
Tributos federais retidos	5.810,2	12.658,4	(6.848,2)	(54,1)
ISS	548,7	942,5	(393,8)	(41,8)
Plano de previdência e assistência médica	26.244,3	8.291,2	17.953,0	216,5
Empréstimos, retenções e consignatários	5.428,7	4.774,4	654,3	13,7
Total	66.644,5	56.444,7	10.199,7	18,1

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e também tributos retidos de fornecedores.

Nota 14 - Tributos e encargos sociais

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ%
Passivo fiscal diferido	59.259,9	59.755,9	(496,0)	(0,8)
PIS / COFINS	86.183,4	45.993,9	40.189,5	87,4
ISS renegociado	22.225,8	25.536,9	(3.311,1)	(13,0)
ISS a recolher	17.605,5	19.548,2	(1.942,7)	(9,9)
CPRB	11.464,1	15.468,1	(4.004,0)	(25,9)
FGTS	8.162,8	8.182,5	(19,7)	(0,2)
Outros tributos	724,8	239,5	485,3	202,6
Total	205.626,3	174.725,0	30.901,3	17,7

Trata-se de obrigações a serem recolhidas no decorrer dos próximos doze meses, já deduzidos os tributos a recuperar

14.1 - Passivo fiscal diferido

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ%
IRPJ/ CSLL	36.936,2	37.328,0	(391,8)	(1,0)
PIS/ COFINS	11.265,9	11.270,1	(4,2)	-
CPRB	5.893,2	5.949,7	(56,5)	(0,9)
ISS e ICMS	5.164,6	5.208,0	(43,4)	(0,8)
Total	59.259,9	59.755,8	(495,9)	(0,8)

O passivo fiscal diferido de R\$ 59,2 milhões refere-se a tributos incidentes sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar, decorrentes do reconhecimento da receita em conformidade com a NBC TG 47.

14.2 - PIS/ COFINS

O aumento de R\$ 40,2 milhões em PASEP-COFINS está relacionado ao acréscimo do Contas a Receber de Clientes, tendo em vista que o recolhimento dessas contribuições ocorre por ocasião do recebimento.

14.3 - ISS renegociado

O saldo de R\$ 22,2 milhões de ISS a recolher é resultado da obrigação a pagar, considerando as parcelas amortizadas e refere-se a parcelamentos administrativos de

débitos tributários (PAT) formalizados entre os exercícios de 2014 e 2017, no município de São Paulo.

Nota 15 - IRPJ e CSLL

15.1 - Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Set/2018	Δ\$	Δ %
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	495.039,3	322.645,0	172.394,3	53,4
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	168.313,4	109.699,3	58.614,1	53,4
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	(72.617,9)	(19.250,6)	(53.367,3)	277,2
Incentivos fiscais e redução da base	(1.691,0)	(1.639,4)	(51,6)	3,1
Despesas não dedutíveis e ganhos não tributáveis	50,9	154,6	(103,7)	(67,1)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituído em ativo fiscal diferido	(50.895,6)	(23.060,0)	(27.835,6)	120,7
Juros sobre capital próprio	(20.082,5)	-	-	-
Diferenças temporárias não reconhecidas em passivo fiscal diferido anteriormente	-	5.294,2	(5.294,2)	(100,0)
Outras adições	0,3	-	-	-
Total (a) + (b)	95.695,5	90.448,7	5.246,8	5,8

As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os tributos correntes e diferidos que, confrontadas com o lucro contábil do período antes dos tributos sobre o lucro, de R\$ 495 milhões, resultaram numa alíquota efetiva de 19,3%, equivalente a R\$ 95,7 milhões.

15.2 - Tributos correntes e diferidos

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Set/2018	Δ\$	Δ %
Despesas de IRPJ e CSLL correntes	117.065,4	52.149,3	64.916,1	124,5
Despesas diferidas - diferenças temporárias	(21.369,9)	38.299,3	(59.669,2)	(155,8)
Resultado de despesas IRPJ e CSLL	95.695,5	90.448,6	5.246,9	5,8

15.3 - Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Em milhares de R\$					
Descrição	Dez/2018	Resultado do Exercício	Set/2019	Δ\$	Δ%
(a) Passivo fiscal diferido (PC) (NE 14.1)	(37.328,0)	391,8	(36.936,2)	391,8	-1,0
Provisão ativa – estimativa de receitas CPC 47	(37.328,0)	391,8	(36.936,2)	391,8	-1,0
(b) Ativo fiscal diferido (PNC)	477.421,1	20.714,7	498.135,8	20.714,7	4,3
Provisões trabalhistas e cíveis	79.392,6	-	79.392,6	-	-
Passivo atuarial	240.811,8	11.251,1	252.062,9	11.251,1	4,7
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	101.268,4	6.771,0	108.039,4	6.771,0	6,7
Licença-prêmio	39.700,2	1.292,1	40.992,3	1.292,1	3,3
Plano de previdência complementar	9.828,9	-	9.828,9	-	-
Provisão para ressarcimento RFB	3.212,5	(3.212,5)	0,0	(3.212,5)	(100,0)
Provisão para perdas prováveis	3.206,7	27,8	3.234,5	27,8	0,9
Provisão para ACT 2019/2020	-	-	-	-	-
Provisão ISS suspenso	-	4.585,2	4.585,2	-	-
(c) Passivo fiscal diferido (PNC)	(46.232,3)	263,3	(45.969,0)	263,3	(0,6)
Processos trabalhistas – PSE	(20.261,0)	-	(20.261,0)	-	-
Provisão ativa – LFTSC	(20.482,7)	-	(20.482,7)	-	-
Provisão ativa – Licença-prêmio – PSE	(5.488,6)	263,3	(5.225,3)	263,3	(4,8)
(d) Créditos fiscais diferidos (PNC) (b)+(c)	431.188,8	20.978,0	452.166,8	20.978,0	4,9
Total créditos fiscais diferidos (a) + (d)	393.860,8	21.369,8	415.230,6	21.369,8	5,4

O saldo de R\$ 415,2 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 498,1 milhões) e o passivo fiscal diferido do circulante (R\$ 36,9 milhões), relativos a IRPJ e CSLL sobre diferenças intertemporais reconhecidas na demonstração de resultado.

Nota 16 - Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ%
Pessoal a pagar	13.757,5	3.119,5	10.638,0	341,0
Ações de preparação para aposentadoria	-	7.443,9	(7.443,9)	(100,0)
Férias	159.010,8	161.942,0	(2.931,2)	(1,8)
Licença-prêmio	120.565,7	116.765,3	3.800,4	3,3
13º Salário	39.003,5	-	39.003,5	-
Total	332.337,5	289.270,7	43.066,8	14,9

Nota 17 - Obrigações com pessoal - 13º, férias e licença-prêmio

Em milhares de R\$				
Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Férias	142.892,9	31.183,5	(15.065,7)	159.010,8
Licença-prêmio	119.784,4	781,4	-	120.565,7
13º Salário	72.508,4	13.138,2	(46.643,2)	39.003,5
Total	335.185,8	45.103,1	(61.708,8)	318.580,0

A apropriação dessas despesas ocorre mensalmente (NBC TG 33 (R2)). No caso da licença-prêmio, a cada 5 anos, o empregado possui o direito de gozo ou conversão em pecúnia, correspondente a um mês de remuneração.

Nota 18 - Processo trabalhista a pagar

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ %
Processo trabalhista a pagar	67.629,1	74.483,5	(6.854,4)	(9,2)

O saldo contempla parcelas vincendas nos próximos doze meses referentes a acordos judiciais homologados.

Nota 19 - Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ %
Dividendos e juros sobre capital próprio	59.066,2	52.018,7	7.047,5	13,5

O valor reconhecido no terceiro trimestre, refere-se a contabilização de juros sobre o capital próprio, conforme o ICPC 08 R1- Contabilização da proposta de Pagamento de Dividendos. O registro está condicionado à existência de lucros e limitado ao valor correspondente ao dividendo obrigatório projetado para 2019.

Passivo não circulante**Nota 20 - Obrigações tributárias**

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ%
ISS a recolher	13.486,00	-	13.486,0	-
ISS renegociado	16.539,40	31.277,0	(14.737,6)	(47,1)
PIS-PASEP/COFINS a recolher	14.574,4	14.574,4	-	-
Total	44.599,8	45.851,4	(1.251,6)	(2,7)

O conjunto dessas obrigações, vincendas após doze meses, alcançam R\$ 44,6 milhões, assim constituídas:

i) ISS a Recolher (R\$ 13,4 milhões) refere-se ao ISS no município de São Paulo provisionado em virtude da imunidade tributária (NE 20.1 - Imunidade Tributária).

ii) PIS – COFINS (R\$ 14,6 milhões) referem-se às contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante;

iii) ISS renegociado (R\$ 16,5 milhões), decorre de parcelamentos junto a prefeitura de São Paulo pelo prazo de 60 meses. A dívida consolidada perfaz R\$ 44,1 milhões (R\$ 56,8 milhões em dezembro de 2018), da qual R\$ 23,5 milhões (R\$ 25,5 milhões em dezembro de 2018) está classificada no passivo circulante;

20.1 - Imunidade tributária

A partir de agosto/2019 o Serpro passou a beneficiar-se de imunidade tributária junto a Secretaria de Fazenda de São Paulo, resultante da decisão favorável do Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Originária 2.658 que suspendeu os recolhimentos de ISS das Notas Fiscais de Serviço destinadas às entidades de natureza jurídica de direito público.

Como ação preventiva sobre risco de não reconhecimento da imunidade tributária pela Secretaria de Finanças do Município de São Paulo, gerando passivo fiscal correspondente ao período em que a Empresa usufruiu do benefício, a empresa adotou o procedimento contábil de efetuar a provisão mensal correspondente ao valor dos tributos.

Nota 21 - Processo trabalhista a pagar

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ %
Processo trabalhista a pagar	133.417,1	180.240,2	(46.823,1)	(26,0)

O saldo contempla parcelas vincendas, após os próximos doze meses, referentes aos acordos judiciais homologados..

Nota 22 - Provisões trabalhistas

A Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente a processos trabalhistas (R\$ 233,5 milhões) são suficientes para representar, fidedignamente, os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25(R2)).

Nota 23 - Benefícios pós-emprego

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ %
Plano de previdência complementar – PSI	562.174,9	539.369,0	22.805,9	4,2
Programa de assistência à saúde – PAS/Serpro	179.186,5	168.901,2	10.285,3	6,1
Total	741.361,5	708.270,1	33.091,4	4,7

Grupo composto pelas provisões matemáticas efetuadas com base em pareceres de consultoria atuarial especializada, em atendimento à NBC TG 33 (R2), cuja variação reflete, o reconhecimento do custo das obrigações de benefício definido no período, de R\$ 22,8 milhões em relação ao plano de previdência complementar ofertado pela empresa e R\$ 10,3 milhões referentes ao Plano de Saúde.

Nota 24 - Resultado do exercício**24.1 - Receita bruta**

A receita bruta do terceiro trimestre de 2019 atingiu R\$ 2.539,8 milhões, sendo reconhecida em atendimento à NBC TG 47. Segue abaixo composição da receita bruta do exercício apresentada por obrigação de desempenho.

Descrição	Valores faturados	Baixa de valores a faturar	Valores a faturar	Total resultado
Hospedagem de aplicações	1.760.796,4	(84.550,3)	91.341,1	1.767.587,2
Desenvolvimento e manutenção de software	171.743,8	(16.658,3)	10.977,5	166.063,0
Atendimento a ambientes /Administração de rede local	136.484,0	(8.776,4)	9.587,0	137.294,6
Administração de rede de longa distância	115.004,3	(9.515,5)	8.597,4	114.086,2
Gestão de margem consignável	45.952,1	(1.315,7)	1.886,8	46.523,2
Denatran consulta online	36.411,7	(952,1)	608,1	36.067,8
Emplaca – sistema nacional de emplacamento	34.201,4	-	238,1	34.439,5
Infoconv	30.951,8	(884,5)	891,8	30.959,1
Emissão de CNH	27.978,7	-	1.059,7	29.038,5
Emissão de certificado digital	27.978,7	(915,1)	293,1	27.356,7
Demais obrigações de desempenho	153.536,9	(8.648,3)	5.478,9	150.367,6
Total	2.541.039,9	(132.216,2)	130.959,6	2.539.783,3

24.1.1 - Faturamento bruto

Para fins de comparabilidade entre o terceiro trimestre de 2018, período anterior ao reconhecimento da receita conforme NBC TG 47, e o mesmo período de 2019, consta do quadro abaixo a evolução do faturamento bruto, por obrigação de desempenho.

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Set/2018	Δ\$	Δ %
Hospedagem de aplicações	1.760.796,4	1.555.577,0	205.219,4	13,2
Desenvolvimento e manutenção de software	171.743,8	196.018,3	(24.274,5)	(12,4)
Atendimento a ambientes /Administração de rede local	136.484,0	73.930,0	62.553,9	84,6
Administração de rede de longa distância	115.004,3	142.881,3	(27.877,0)	(19,5)
Gestão de margem consignável	45.952,1	49.477,9	(3.525,8)	(7,1)
Denatran consulta online	36.411,7	27.502,5	8.909,2	32,4
Emplaca – sistema nacional de emplacamento	34.201,4	676,2	33.525,2	4.958,2
Infoconv	30.951,8	23.798,9	7.152,9	30,1
Emissão de CNH	27.978,7	29.741,0	(1.762,3)	(5,9)
Emissão de certificado digital	27.978,7	30.073,7	(2.095,0)	(7,0)
Demais obrigações de desempenho	153.536,9	177.035,6	(23.498,7)	(13,3)
Total	2.541.039,9	2.306.712,4	234.327,5	10,2

24.2 - Receita líquida

Apresentamos o quadro abaixo com a composição da receita operacional líquida

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Set/2018	Δ\$	Δ %
Receita bruta	2.539.783,3	2.306.712,4	233.070,9	10,1
(-) ISS	(94.609,8)	(91.529,8)	(3.080,0)	3,4
(-) PIS / PASEP	(39.461,2)	(35.192,6)	(4.268,6)	12,1
(-) COFINS	(181.772,2)	(162.116,3)	(19.656,0)	12,1
(-) ICMS	(91,3)	(108,4)	17,1	(15,8)
(-) INSS patronal	(114.153,3)	(103.676,8)	(10.476,5)	10,1
(-) Descontos concedidos	(2.702,2)	(1.705,7)	(996,5)	58,4
(-) Vendas canceladas	(3.179,4)	(211,1)	(2.968,3)	1.406,2
Receita operacional líquida	2.103.814,0	1.912.171,9	191.642,0	10,0

24.3 - Composição dos gastos na DRE

Em milhares de R\$								
Descrição	Set/2019			Set/2018			Δ\$	Δ%
	CSP	Despesa	Total	CSP	Despesa	Total		
Despesas de pessoal	(754.056,6)	(454.373,3)	(1.208.429,9)	(691.090,4)	(538.684,1)	(1.229.774,5)	(21.344,5)	(1,7)
Depreciação/ Amortização	(65.432,5)	(21.811,0)	(87.243,5)	(67.030,8)	(27.128,8)	(94.159,6)	(6.916,1)	(7,3)
Locação	(22.890,9)	(10.639,9)	(33.530,8)	(32.023,1)	(13.454,1)	(45.477,2)	(11.946,3)	(26,3)
Manutenção	(71.256,9)	(29.103,9)	(100.360,7)	(69.033,1)	(36.343,3)	(105.376,4)	(5.015,7)	(4,8)
Comunicação	(30.729,3)	-	(30.729,3)	(32.434,0)	(2.520,7)	(34.954,7)	(4.225,4)	(12,1)
Serviços profissionais	(40.195,5)	(28.043,1)	(68.238,6)	(30.434,7)	(34.649,4)	(65.084,0)	3.154,5	4,8
Serviços públicos	(12.466,6)	(11.400,1)	(23.866,7)	(11.070,6)	(11.689,3)	(22.760,0)	1.106,7	4,9
Créditos a receber	-	(21.991,8)	(21.991,8)	-	(6.181,6)	(6.181,6)	15.810,3	255,8
Créditos tributários	20.711,5	-	20.711,5	22.104,5	-	22.104,5	1.393,0	(6,3)
Despesas tributárias	(0,5)	(4.392,4)	(4.392,9)	-	(2.991,5)	(2.991,5)	1.401,4	46,8
Materiais	(32,2)	(3.955,3)	(3.987,6)	(78,4)	(2.729,4)	(2.807,8)	1.179,8	42,0
Outras despesas/ receitas	(2.814,2)	1.481,9	(1.332,4)	(1.761,9)	39.599,6	37.837,7	39.170,0	(103,5)
Judiciais	-	(27.413,2)	(27.413,2)	-	(12.623,4)	(12.623,4)	14.789,8	117,2
Total	(979.163,8)	(611.642,1)	(1.590.805,9)	(912.852,4)	(649.396,0)	(1.562.248,4)	28.557,4	1,8

24.4 - Resultado financeiro

24.4.1 - Receita financeira

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Set/2018	Δ\$	Δ%
Receitas financeira	11.637,6	7.453,5	4.184,2	56,1

A variação de R\$ 4,2 milhões decorre, principalmente, das aplicações financeiras em fundo de aplicação extramercado. Nota 4 - Disponibilidades

24.4.2 - Despesa financeira

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Set/2018	Δ\$	Δ %
Despesas financeiras	(29.606,4)	(8.507,5)	(21.098,9)	248,0

A variação de R\$ 21,1 milhões no grupo despesas financeiras se deve, principalmente, à reclassificação das medidas compensatórias que se encontravam registradas em outras deduções de vendas, no grupo dedução da receita bruta e a partir do mês de setembro de 2019, transferidas para a conta descontos financeiros concedidos, no grupo despesas financeiras, tratados contábil, jurídico e tributariamente como descontos condicionais.

Segue quadro do grupo de despesas financeiras com a inclusão em 2018 dos valores referentes às medidas compensatórias.

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/2019	Set/2018	Δ\$	Δ %
Despesas financeiras	(29.606,4)	(34.732,0)	5.125,6	(14,8)

Nota 25 - Benefícios a empregados

25.1 - Plano de previdência complementar

O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são geridos pelo SERPROS Fundo

Multipatrocinado, constituído sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado.

25.2 - Programa de assistência à saúde

O Serpro proporciona assistência médico-hospitalar aos empregados e seus dependentes por meio do programa de assistência à saúde, em âmbito nacional e na modalidade de autogestão, conforme ratificado no Acordo Coletivo de Trabalho vigente - ACT 2019/2020.

25.3 - Demais benefícios

Quanto aos demais benefícios (programa de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e plano odontológico), mantém-se todas as características e valores estabelecidos conforme o Acordo Coletivo de Trabalho vigente - ACT 2019/2020.

Nota 26 - Partes relacionadas

26.1 - Remuneração de empregados e dirigentes

Até o encerramento do trimestre não houve alteração na política de remuneração das partes relacionadas. Quanto às transações comerciais efetuadas com partes relacionadas, o faturamento referente aos clientes integrantes do Orçamento Geral da União (OGU) representou 88% do faturamento total até setembro de 2019.

Anexo I - Normas brasileiras de contabilidade aplicáveis

Norma	Assunto	CPC	IASB
NBC TG 01 (R4)	Redução ao valor recuperável de ativos	CPC 01 R1	IAS 36
NBC TG 03 (R3)	Demonstração dos fluxos de caixa	CPC 03 R2	IAS 7
NBC TG 05 (R3)	Divulgação sobre partes relacionadas	CPC 05 R1	IAS 24
NBC TG 09	Demonstração do valor adicionado (DVA)	CPC 09	
NBC TG 13	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08	CPC 13	
NBC TG 23 (R2)	Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	CPC 23	IAS 8
NBC TG 24 (R2)	Evento subsequente	CPC 24	IAS 10
NBC TG 25 (R2)	Provisões , passivos contingentes e ativos contingentes,	CPC 25	IAS 37
NBC TG 26 (R5)	Apresentação das demonstrações contábeis	CPC 26 R1	IAS 1
NBC TG 27 (R4)	Ativo imobilizado	CPC 27	IAS 16
NBC TG 31 (R4)	Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada	CPC 31	IFRS 5
NBC TG 32 (R4)	Tributos sobre o lucro	CPC 32	IAS 12
NBC TG 33 (R2)	Benefícios a empregados	CPC 33 R1	IFRS 19
NBC TG 37 (R5)	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade	CPC 37 R1	IFRS 1
NBC TG 47	Receita de contrato com cliente	CPC 47	IFRS 15
NBC TG 48	Instrumentos financeiros	CPC 48	IFRS 9
ITG 08	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos	ICPC 08 R1	
ITG 10	Interpretação sobre a aplicação inicial do ativo imobilizado e à propriedade para investimentos	ICPC 10	

Anexo II – Legislação aplicável

Legislação	Data	Assunto
Lei Complementar 109/2001	29/05/2001	Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar.
Lei Complementar 116/2003	31/07/2003	Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
Lei 4.516/1964	01/12/1964	Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda.
Lei 5.615/1970	13/10/1970	Dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e dá outras providências.
Lei 6.404/1976	15/12/1976	Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
Lei 8.020/1990	12/04/1990	Dispõe sobre as entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras, no âmbito da Administração Pública Federal.
Lei 8.666/1993	21/06/1993	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Lei 9.245/1995	26/12/1995	Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos ao procedimento sumaríssimo.
Lei 9.430/1996	27/12/1996	Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta.
Lei 9.636/1998	15/05/1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
Lei 10.406/2002	10/01/2002	Institui o Código Civil.
Lei 10.833/2003	29/12/2003	Altera a Legislação Tributária Federal.
Lei 11.638/2007	28/12/2007	Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
Lei 11.941/2009	27/05/2009	Entre outros, institui regime tributário de transição, alterando a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Lei 12.942/2013	27/12/2013	Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo.
Lei 12.973/2014	13/05/2014	Revoga o Regime Tributário de Transição e dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil.

Lei 13.303/2016	30/06/2016	Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Decreto 101/1991	17/04/1991	Regulamenta a Lei nº 8.167/91, que altera a legislação do IR relativa a incentivos fiscais e condições operacionais dos fundos de investimentos regionais.
Decreto 6.976/2009	07/10/2009	Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.
Decreto 8.945/2016	27/12/2016	Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Instrução Normativa 787/2007	20/11/2007	Institui a Escrituração Contábil Digital.
RIR 99/ Decreto 3.000	26/03/1999	Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos.
Portaria MF 184/2008	25/08/2008	Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Anexo III - Sumário de siglas e abreviaturas

ACT – Acordo Coletivo de Trabalho	IEA – Indenização Especial de morte por Acidente
AFD – Ativo Fiscal Diferido	INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
AGU – Advocacia-Geral da União	INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
APA – Ações de Preparação para a Aposentadoria	IPA – Invalidez Permanente total ou parcial por Acidente
BACEN – Banco Central do Brasil	IPC – Índice de Preços ao Consumidor
BD – Benefício definido	IRPJ – Imposto Renda Pessoa Jurídica
BRGAAP – Normas de Contabilidade Geralmente Aceitas no Brasil	ISS – Imposto Sobre Serviços
CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	ITG – Interpretação Técnica Geral
CASSI – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	JSCP – Juros Sobre Capital Próprio
CD – Contribuição definida	LFTSC – Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina
CDT – Carteira Digital de Trânsito	MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais
CFC – Conselho Federal de Contabilidade	MEI – Microempreendedor Individual
CGPAR – Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participação Societária da União	MF – Ministério da Fazenda
CGU – Controladoria Geral da União	MP – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
CNH – Carteira Nacional de Habilitação	MPT – Ministério Público do Trabalho
CMN – Conselho Monetário Nacional	NBC TG – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	NR – Nota de Ressarcimento
COJUR – Consultoria Jurídica	ORA – Outros Resultados Abrangentes
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis	PAS-ODONTO/Serpro – Plano de Assistência à Saúde Bucal do Serpro
CPRB – Contribuição previdenciária sobre a receita bruta	PAS/Serpro – Programa de assistência à saúde dos empregados do Serpro
CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo	PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	PAT – Parcelamento administrativo de débitos tributários
CSP – Determinação do custo dos serviços prestados	PECLD – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa
CVM – Comissão de Valores Mobiliários	PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
DCTF – Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais	PFD – Passivo Fiscal Diferido
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa	PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício	PIS – Programa Integração Social
DVA – Demonstração do Valor Adicionado	PLR – Participação nos Lucros e Resultados
DPI – Declaração Padronizada do ISSQN	PS-I – Plano Serpro I
EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar	PS-II – Plano Serpro II
FAE – Fundo de Aplicação Extramercado Comum	PSE – Pessoal Serviço Externo
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	Receitanet – Declaração do Imposto de Renda via Internet
FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia	RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil
FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste	RVA – Remuneração Variável Baseada em Ações
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica	
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços	
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados	

SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

SIAFI– Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SICONV– Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIGEPE – Sistema de Gestão de Pessoas

SISDEPEN – Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional

SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior

SNE – Sistema de Notificação Eletrônica

SPED – Sistema Público de Escrituração Digital

SUPJU – Superintendência Jurídica

STF – Supremo Tribunal Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TI – Tecnologia da Informação

TR – Taxa Referencial

TST – Tribunal Superior do Trabalho

VJORA – Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo em Resultado

VT/SP – Vara do Trabalho de São Paulo